

## **2015\_ A SOCIEDADE CIVIL FRENTE A CRISE**

### **- Manifestos e Análises**

#### **Índice**

**1. Carta de Princípios do Fórum 21**

**2. Da crise à Frente Brasil**

**3. Militância lança Núcleo em Defesa da Democracia**

**4. Posição do MST frente a Conjuntura Política e a situação da Reforma Agrária - Leo Griz Carvalheira**

**5. O Manifesto OAB e repercussões**

**6. Mobilização da sociedade é o antídoto contra o grave e iminente retrocesso - Maurício Guetta**

**7. NOTA DO MTST SOBRE OS CORTES NO ORÇAMENTO - Guilherme Boulos**

**8. Frente Brasil Popular: movimentos se organizam para reagir a onda conservadora**

**9. Hora da reflexão – Tarso Genro**

**10. A urgência da Frente Brasil Popular – Roberto Amaral**

**11. Dia de Luta-03 outubro**

**12. Resolução da Executiva Nacional da CUT**

**13. Nota da CNBB – out.28**

**XXX**

**1. Carta de Princípios do Fórum 21**

O resultado das urnas em 2014 não arrefeceu a disputa política no país; ao contrário, intensificou a mobilização de setores conservadores empenhados em colocar as forças progressistas, democráticas e populares na defensiva.

A disposição da direita em promover o acirramento da luta ideológica e política convoca as forças da esquerda à mobilização para o debate e a ação. É preciso disputar hegemonia ideológica na sociedade. Para tanto, será imprescindível ampliar o nível de politização de uma sociedade que reivindica mais participação, ao mesmo tempo em que carece de canais públicos de diálogo e reflexão.

Cabe às forças progressistas começar pelo que é mais evidente: romper os limites do diálogo no seu próprio campo. A articulação para a troca de ideias daqueles que defendem a justiça social e a soberania popular é essencial à arregimentação de forças mais amplas para os embates que virão.

Cientes desse desafio, cidadãos e cidadãos brasileiros (abaixo assinados), reunidos em São Paulo no último dia 15 de dezembro de 2014, decidiram criar o FÓRUM 21: um espaço de convergência e de debates em rede, horizontal, empenhado na conformação de sínteses programáticas que contribuam para a renovação do pensamento de esquerda no Brasil.

O Fórum será composto por ativistas de partidos políticos progressistas e de esquerda, seus militantes, organizações populares, entidades da sociedade e por todos aqueles cidadãos e cidadãs que se disponham a ajudar na construção de uma plataforma comum que sirva aos avanços das conquistas sociais, ao alargamento da participação cidadã e à consolidação da democracia no Brasil.

### **Carta de Princípios do Fórum 21**

O resultado das urnas em 2014 não arrefeceu a disputa política no país; ao contrário, intensificou a mobilização de setores conservadores empenhados em colocar as forças progressistas, democráticas e populares na defensiva.

A disposição da direita em promover o acirramento da luta ideológica e política convoca as forças da esquerda à mobilização para o debate e a ação. É preciso disputar hegemonia ideológica na sociedade. Para tanto, será imprescindível ampliar o nível de politização de uma sociedade que reivindica mais participação, ao mesmo tempo em que carece de canais públicos de diálogo e reflexão.

Cabe às forças progressistas começar pelo que é mais evidente: romper os limites do diálogo no seu próprio campo. A articulação para a troca de ideias daqueles que defendem a justiça social e a soberania popular é essencial à arregimentação de forças mais amplas para os embates que virão.

Cientes desse desafio, cidadãos e cidadãos brasileiros (abaixo assinados), reunidos em São Paulo no último dia 15 de dezembro de 2014, decidiram criar o FÓRUM 21: um espaço de convergência e de debates em rede, horizontal, empenhado na conformação de sínteses programáticas que contribuam para a renovação do pensamento de esquerda no Brasil.

O Fórum será composto por ativistas de partidos políticos progressistas e de esquerda, seus militantes, organizações populares, entidades da sociedade e

por todos aqueles cidadãos e cidadãs que se disponham a ajudar na construção de uma plataforma comum que sirva aos avanços das conquistas sociais, ao alargamento da participação cidadã e à consolidação da democracia no Brasil.

## 2. Da crise à Frente Brasil

***A frente que será lançada em 5 de setembro defende a democracia, os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento com distribuição de renda.***

Dilma Rousseff é honrada e seu mandato deve ser preservado

A defesa do mandato legal e legítimo da presidente Dilma Rousseff é prioridade que se impõe à luta dos liberais e progressistas de um modo geral, e, de forma muito particular, à ação das forças de esquerda e suas organizações. Defender a Constituição, afinal, é o dever de todos os democratas.

Mas essa defesa não encerra a história toda, nem os desafios todos, pois a tentativa de depor a presidente Dilma, via impeachment ou isso ou aquilo não é o objetivo final da onda conservadora, mas, tão-só o meio de que se vale a direita brasileira em seu projeto de reconquista do poder, a qualquer custo, para nele, desta feita, instalar uma república conservadora, ainda mais intolerante do que aquela que foi a base e a obra do golpe militar de 1964.

Não se trata, apenas, de golpear uma mandatária legitimada pela voz soberana dos votos; trata-se, mais, de abrir caminho para a instauração de um regime autoritário de raízes profascistas, antecipado nas palavras de ordem que ecoam nas ruas e nos meios de comunicação de massa. A direita mira um horizonte para além de 2016 e 2018. Iludem-se os liberais de hoje como se iludiram os que em 1964 diziam que estávamos apenas em face de 'mais uma quartelada', que logo tudo voltaria ao melhor dos mundos.

A direita, no Brasil e no mundo, não guarda qualquer apreço seja pela democracia, seja pela ética, seja pela moralidade. Esses valores não passam de meio subordinado ao projeto final, perseguido e muitas vezes alcançado a qualquer custo, o que compreende mesmo, em nome da moralidade de fancaria, associar-se a figuras públicas e reputação duvidosa – como o deputado Eduardo Cunha (e o inefável 'Paulinho da Força') – para derrubar

uma presidente consabidamente honrada.

Mas, repetamos, a questão não se encerra no mandato da presidente.

O projeto da direita brasileira não é mesmo, tão-só, a desmoralização política da esquerda com vistas a eventual retomada do poder em 2018; seu objetivo de médio e longo prazos mira uma sociedade autoritária.

O moloch reacionário, em sua fome insaciável de poder, pretende consumir as conquistas sociais, políticas e econômicas das últimas décadas. É um projeto que opõe classe contra classe; é o almejado império da Casa Grande em face de uma senzala que, no que cresce em reivindicações, precisa ser contida. O capitalismo reage assim, com violência, em todos os momentos de crise.

Essa é, por exemplo, a história do século XX, com suas crises, suas convulsões, suas guerras e suas ditaduras. Essa é a história do autoritarismo, da xenofobia, dos fundamentalismos e, em alguns momentos, a história do antissemitismo. Quando a crise econômica ameaça a acumulação capitalista, a alternativa é conter o andar de baixo para preservar os interesses do andar de cima. E eis a que serve o Estado autoritário.

Os liberais de 1954 acreditaram no cantochão moralista do udeno-lacerdismo e se associaram aos golpistas que levaram Getúlio Vargas ao suicídio. Só muito mais tarde, na autocrítica de Afonso Arinos, é que se deram conta de que simplesmente haviam servido de instrumento de uma maquinação contra os interesses nacionais e populares.

A campanha contra o 'mar de lama', de resto inexistente, tinha como alvo verdadeiro a política social de Vargas e as empresas estatais por ele criadas para assegurar o desenvolvimento econômico nacional. Deixaram-se iludir de novo os liberais em 1964 supondo que pedindo a queda de Jango estavam defendendo a Constituição, e assim alimentaram com seu decisivo apoio uma cujo ponto de partida foi exatamente a destruição da ordem constitucional.

Foram anos de ditadura, com seu inventário de torturados, mortos e desaparecidos, 21 anos de exílio da política e de supressão das liberdades, é preciso repetir mil vezes chamar a atenção dos surdos e cegos e desmemoriados de hoje.

Os que hoje juntam suas vozes ingênuas aos que arquitetam o golpe, estão, na verdade, associando-se a uma aventura reacionária de ranço fascista, cujos desdobramentos ainda não podem ser mensurados. Assim como os militares golpistas, derrubando Jango, assumiram o governo civil em vez de retornarem à caserna, a onda reacionária de hoje – que em meio à punição de corruptos pede a volta dos militares, aplaude Eduardo Cunha e os Bolsonaro

da vida, pede a eliminação física de adversários e agride seus oponentes – não saciará a fome de poder nem com a deposição de Dilma, nem com aniquilamento político e eleitoral de Lula, nem com a liquidação do PT e, com ela, a liquidação dos partidos e das organizações de esquerda. Iluda-se a extrema-esquerda se quiser.

O primeiro quartel do terceiro milênio lembra os anos 20/30 do século passado, quando, em nome disso e daquilo foram derrubadas as democracias, abrindo caminho para as ditaduras, o fascismo e o nazismo. Assim na Europa (por exemplo: Alemanha, Itália, Espanha, Portugal), assim na Ásia ( Japão), assim no Brasil com o Estado Novo. Onda similar se reproduz globalmente com o avanço da direita no Velho Continente, a ascensão do Tea Party nos USA e as convulsões, muitas estimuladas de fora para dentro, que ameaçam os governos progressistas na América Latina e particularmente na América do Sul.

Crise do capitalismo, crise das democracias. Em todo o mundo e em todos os tempos a crise econômica se divorcia da ascensão das massas.

O Brasil não é uma ilha.

Quando nossos liberais e democratas dar-se-ão conta desse histórico papel de marionetas a serviço de frações perversas e corrompidas da classe dominante, subordinadas a interesses externos?

A propósito, a direita não tem apego a princípios morais ou democráticos, simplesmente deles lança mão como aríete de seus objetivos. E, alcançados esses e realizados seus interesses, daqueles princípios se descarta. A legalidade democrática interessa-lhe quando na oposição, tanto quanto a pregação moralista, pois, no poder, logo se desfaz desses valores como penduricalhos incômodos, e sem qualquer cerimônia se vale da opressão, do autoritarismo, do estado policial para realizar seus projetos.

De igual modo não preserva princípios éticos na condução da coisa pública, pois a corrupção é sua essência. Haja vista o que ocorreu com o modelo social democrata europeu, que vigeu no pós Segunda Guerra. Concebido para enfrentar o fantasma do comunismo, tão logo a União Soviética foi derrotada, passou a ser sistematicamente demolido.

A organização popular é, dessa forma, o ponto de partida não apenas para a defesa do mandato presidencial, mas, igualmente, para assegurar a preservação de seus compromissos populares e fazer face à onda conservadora. Em síntese: é preciso preservar o mandato da presidente em sua plenitude, isto é, livre para governar consoante os compromissos

assumidos com as forças que a elegeram, e é preciso, ainda, enfrentar e barrar a onda fascistóide.

Tudo isso reclama organização popular. Pois a ofensiva conservadora constrói diversos cenários, seja a ostensiva e grosseira tentativa de sabotar para finalmente derrubar o governo – nas ruas, no Congresso, nos Tribunais partidarizados ou mediante o discurso monopolizado dos meios de comunicação de massa –, seja impondo aos eleitos o programa dos derrotados nas eleições presidenciais de 2014, promovendo um ajuste que gera desemprego e recessão, cuja execução já traz como consequência afastar o governo da sua base popular, única que lhe pode oferecer sustentação.

O cenário de hoje nos antecipa o fim de promissor ciclo de avanço da esquerda brasileira, prenunciando para os anos próximos um ciclo direitista em termos que, há pouco, pareciam inimagináveis. Isso, a menos que as forças populares se deem conta do perigo que correm presentemente as conquistas sociais das últimas décadas, e proponham à sociedade uma ampla aliança com o fito de barrar o retrocesso.

O modo dessa resistência é a política de Frente, de frentes democráticas e progressistas unificando a reflexão e a luta, a resistência dos mais diversos setores e agrupamentos sociais e políticos. É este o pressuposto da iniciativa que reúne militantes, políticos, partidos, intelectuais, representações do movimento social em geral e dos movimentos sindicais urbanos e rurais com destaque para o MST, a CUT e a CTB, a UNE, pastorais sociais presentemente reunidos em torno do projeto da Frente Brasil. Trata-se de frente politicamente ampla, unificada na luta objetiva pela democracia, pela preservação e avanço dos direitos dos trabalhadores, pela defesa da soberania nacional e o desenvolvimento com distribuição de renda.

Na luta pelas reformas estruturais (e são apenas exemplares a reforma política, a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma tributária/fiscal, a reforma da educação) e pela reforma e democratização do Estado, bem como a defesa e aprofundamento dos processos de integração latino-americana em curso como o Mercosul, a Unasul, o Celac. Por fim, a defesa da produção e do trabalho sobre o rentismo. Uma frente ampla e forte o suficiente para alterar a atual correlação de forças, que inibe e coarta o governo. Uma correlação de forças que, finalmente, possa democratizar os meios de comunicação de massa.

Essa Frente Brasil-Popular, que será lançada no próximo dia 5 de setembro

em Belo Horizonte, não é partidária, mas não prescinde dos partidos nem os substitui; é política mas não se unifica em torno de calendários ou projetos eleitorais. Gestada a partir de um núcleo popular de esquerda, ela se lança à ampliação, aberta a todos os democratas. É popular porque enraizada no movimento social. É estratégica, posto que não se mobiliza, apenas, em torno da defesa do mandato da Presidente Dilma. Defende-o, e de igual modo defende o processo democrático, mas defende a preservação, no governo, das teses do campo popular, e se propõe, ao lado de todas as forças progressistas, a enfrentar o rolo compressor da direita, no governo Dilma e para além dele.

É uma Frente nacional que se reproduzirá em todo o País, nos Estados, nos municípios, procurando tecer a mais extensa rede de atuação.

Essa Frente, porém, não conterà todas as formas de luta, nem anulará outras iniciativas. Ela não substitui as frentes de partidos, nem eventual frente eleitoral progressista organizada para fazer face à frente conservadora, nem outras formas de frente e de lutas que a realidade objetiva exigir. Ela, enfim, se completará em uma série de outras iniciativas, e uma delas é, com os mesmos objetivos, uma Frente Parlamentar, reunindo todas aquelas forças democráticas comprometidas com a questão social e o enfrentamento da onda conservadora.

**Roberto Amaral**

*Leia mais em:* [www.ramaral.org](http://www.ramaral.org)

### **3. Militância lança Núcleo em Defesa da Democracia**

Na noite desta terça-feira (7) mais de 70 pessoas se reuniram e decidiram pela formação do primeiro Núcleo em Defesa da Democracia (NDD), em Brasília. O objetivo do coletivo é fortalecer o processo democrático, em apoio a presidenta Dilma e resistir a tentativas de golpe contra a democracia neste período. Seguindo essa determinação o Núcleo visa apoiar o Grupo Brasil, frente progressista que envolve partidos políticos e movimentos sociais brasileiros. A primeira ação do coletivo será o Ato Público em Defesa da Democracia, na próxima segunda-feira (13), às 18h na Praça dos Três Poderes.

De natureza suprapartidária e aberta a integrantes de movimentos sociais, o grupo se organizou para defender a institucionalidade democrática, direitos humanos e a segurança jurídica no país. Todos e todas estão convidadas a participar dessa mobilização que deve ampliar seu espaço e atuação dos indivíduos com apoio da organização.

Aprovada sugiro disparemos para redes

--

Notícias, Informações e Debates  
sobre o Desenvolvimento do Brasil:

[www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

## **4.POSIÇÃO DO MST FRENTE À CONJUNTURA POLÍTICA E A SITUAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA**

**Leo Griz Carvalheira**

1. A sociedade brasileira tem construído a democracia nas contradições da luta de classes. Ainda temos muito que avançar, mas não permitiremos nenhum retrocesso nos direitos conquistados na luta do nosso povo.
2. Nos somamos à construção da FRENTE BRASIL POPULAR, e a todas as iniciativas de lutas da classe trabalhadora brasileira, em defesa de seus direitos e das causas nacionais, como a mobilização prevista para dias 2 e 3 de outubro, em defesa de mudanças na política econômica e na disputa do petróleo, para o povo brasileiro. Frente aos projetos de privatizar a Petrobrás e entregar o pré-sal, rompendo a legislação de partilha e dos royalties para educação.
3. Reconhecemos a existência de uma crise econômica mundial, mas não admitimos que as trabalhadoras e os trabalhadores paguem essa conta. Somos contra o ajuste fiscal e consideramos que o governo Dilma está implementando medidas de ajuste neoliberal, que ferem direitos dos trabalhadores e cortam investimentos sociais. Manifestamos nosso total desacordo com a atual política econômica. E exigimos que, no mínimo, a presidente implemente o programa que a elegeu.
4. O programa de Reforma Agrária, que já estava debilitado, sofreu um agressivo corte de 64% no Orçamento do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Além disso, estes órgãos estão sofrendo ameaças de fechamento.
5. Repudiamos a suspensão por parte do centro do Governo, cedendo a pressão dos ruralistas, da Instrução Normativa n.83, que estabelecia regras para acelerar processos de Obtenção de Terras, principalmente das áreas com trabalho escravo.
6. Exigimos que o Governo Federal, implemente os compromissos assumidos pela Presidenta Dilma, em audiência com a coordenação nacional do MST realizada em dezembro de 2014, que acordou:

- a) Assentar prioritariamente todas as 120 mil famílias acampadas (algumas há mais de dez anos). Apresentar um plano de metas;
- b) Desenvolver de forma emergencial um projeto de desenvolvimento dos assentamentos, garantindo a infraestrutura necessária;
- c) Implantar o Programa de Agroindústria para os assentamentos;
- d) Ter um Plano Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis. Implantar o Programa Nacional de Agroecologia, aprovado em 2012 e até hoje parado;
- e) Garantir a liberação de créditos para as famílias assentadas, como um direito fundamental para o desenvolvimento da produção de alimentos, especialmente às mulheres, garantindo sua autonomia econômica;
- f) Liberar e ampliar os recursos necessários para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e fortalecer a Política Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- g) Assegurar que todas as famílias assentadas tenham Assistência Técnica. Garantir a gestão e o funcionamento da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica Rural) junto aos órgãos executivos da Agricultura Familiar;
- h) Garantia de recursos para projetos de habitação do campo, e em especial as 120 mil famílias assentadas que não possuem casas;
- i) Liberar recursos necessários para as escolas do campo, e em especial aos projetos do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

7. Denunciamos as perseguições, os assassinatos e a criminalização dos movimentos populares. Lutar não é crime! Repudiamos o massacre orquestrado pelo Agronegócio e pelas forças conservadoras contra os povos indígenas, especialmente o povo Guarani – Kaiowá. Exigimos o veto da lei anti terror proposta pelo poder executivo, aprovada pelo Congresso Nacional.

8. Seguimos em luta permanente na defesa da Reforma Agrária e pela garantia dos direitos de toda nossa base social. Assumimos o compromisso da mobilização unitária no campo brasileiro, com todas as Organizações e Movimentos impactados pelo Agronegócio e pela Mineração.

9. A conjuntura atual da luta de classes nos convoca à Luta Política, articulada às nossas bandeiras específicas. As mudanças estruturais e a pressão pela realização das Reformas Populares e estruturantes como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a Reforma Política, a Democratização dos Meios de Comunicação, a Reforma Universitária, passam por um amplo processo de mobilização social e de fortalecimento das alianças com a classe trabalhadora do campo e da cidade. Seguimos na luta!

São Paulo, 11 de setembro de 2015.

## **5. OAB e repercussões**

## A carta da OAB à nação carece de legitimidade popular

A OAB, que em sua história já foi uma das grandes entidades defensoras da legalidade e do povo brasileiro, assinou uma carta sem nenhuma entidade popular.

---

### Jacques Távora Alfonsin

O histórico da OAB nacional registra fatos notáveis em defesa das/os brasileiras/os, da democracia, do Estado democrático de direito. Uma prova muito significativa dessa história pode ser lida no seu site. A cada mês de agosto, por exemplo, o dia 27 deste mês é lembrado pela OAB, como um dia de luto para todas/os as/os advogadas/do Brasil. Em 2010 ali foi publicado o seguinte:

'Advogados de todo o Brasil vão se reunir na sexta-feira, no Rio de Janeiro, para lembrar os 30 anos do atentado ocorrido na sede da entidade durante o regime militar. Às 13h40 do dia 27 de agosto de 1980, a secretária da Ordem, Lyda Monteiro, morreu ao abrir uma carta-bomba endereçada a Eduardo Seabra Fagundes, então presidente da OAB nacional, cuja sede era no Rio de Janeiro na época. Apesar do resultado trágico, o atentado enfraqueceu a ditadura e fortaleceu a atuação da OAB, que era uma das principais entidades da sociedade civil de oposição ao regime militar. Advogados consideram o episódio um marco na história da Ordem. Até hoje o atentado não está completamente esclarecido e os responsáveis por ele não foram punidos. Os conselheiros da OAB atribuem o envio da carta bomba a grupos extremistas de dentro do próprio governo militar, insatisfeitos com o início da abertura do regime à democracia que começava a ocorrer, ainda que de forma lenta. Naquela época, a seccional de São Paulo e o presidente da OAB insistiam na identificação de agentes e ex-agentes dos serviços de segurança suspeitos das agressões sofridas pelo jurista Dalmo Dallari, sequestrado em junho daquele ano em São Paulo.'

Vale muito homenagear novamente essa mulher, no dia e no mês em que ela morreu, no dia e no mês em tempos como o de hoje. Foi assassinada por prestar seus serviços a uma entidade que, na época, era uma das poucas organizações profissionais com coragem suficiente para enfrentar o autoritarismo e os desmandos do golpe de 1964, à época, completamente desmoralizado.

A OAB de agora publica seus boletins com um logo onde se lê “advogado valorizado cidadão respeitado”, e **está publicando uma carta** assinada também pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Confederação

Nacional de Saúde (CNS).

Entre as/os cidadãs/ãos do nosso país torturadas/os e mortas/os durante a ditadura, talvez não se conte um/a empresário/a sequer - ressalvado nosso desconhecimento - mas foram muitas as lideranças sindicais, estudantis, eclesiásticas, que deram o seu sangue em defesa da nossa vida e liberdade.

Num momento como esse, quando a crise pela qual passa a nação está sendo comprovadamente estimulada por quem demonstra esperança de retorno àqueles tempos bem apelidados como de chumbo, seria muito conveniente se advogadas/os de todo o país soubessem a OAB nacional ter procurado, ou não, entre muitas outras entidades de perfil mais popular, como a CONTAG, a CUT, a CNBB, a ABI, a UNE, o IAB, o IBDU, a ABRA, a CPT, os movimentos populares de expressão nacional como o MST, o MAB, o MPA, o MMC, as ONGS de defesa da nossa terra e do nosso meio-ambiente, para também assinarem a referida carta.

Se não o fez, perdeu uma grande oportunidade de mostrar ao Brasil que o logo timbrado em seus boletins pretende testemunhar fidelidade ao que lá está escrito. Ela certamente ganharia não só com uma profunda modificação do seu escrito, expungida do seu claro perfil classista, como muito mais em mobilização de gente e poder de persuasão.

Parece quase certo que esse desfalque inexplicável de legitimidade contamina a carta à nação, pois lá existe uma notável parcialidade reivindicatória, muito mais próxima dos interesses e conveniências do capital e do mercado do que das garantias devidas aos direitos humanos fundamentais sociais do povo, como se aqueles interesses e aquelas conveniências não tivessem sido os principais cúmplices do golpe de 1964.

Reformas reclamadas pelo povo pobre, como a agrária e a urbana, por exemplo, a ampliação dos instrumentos legais próprios de uma democracia efetivamente participativa, a defesa de direitos trabalhistas conquistados há décadas, o respeito devido à nossa terra, ao meio-ambiente, ao povo de culturas tradicionais diferentes da do branco, ao princípio do não retrocesso social, próprio de todo o Estado realmente democrático, atualmente já em ritmo de profunda e acelerada desconsideração inconstitucional patrocinada pelo Congresso Nacional, nada disso mereceu lembrança na referida "carta à nação".

E não custa lembrar que a grande maioria das/os advogadas/os brasileiras/os defende justamente essas políticas públicas emancipatórias, o mais das vezes recebendo poderosa oposição, exceções a parte, em juízo e fora dele, exatamente de representantes das entidades signatárias da carta firmada também pela OAB.

Como advogado e cidadão brasileiro, eu também peço vênia à nossa OAB, para manifestar meu desacordo com essa carta, bem menos pelo seu conteúdo e bem mais pelo que lhe falta de legitimação. Acho até que Dona Lyda, se viva estivesse, faria o mesmo.

23/06/2015 - Copyleft

## **6. Mobilização da sociedade é o antídoto contra o grave e iminente retrocesso**

**Se os movimentos sociais e organizações da sociedade civil continuarem a lutar separadamente, todos cairemos.**

---

**Maurício Guetta**



O cenário político desenhado para os próximos anos não deixa dúvida: viveremos, cada vez mais, graves ameaças de retrocessos em praticamente todos os temas relacionados aos direitos humanos, com especial destaque aos direitos socioambientais.

Direitos conquistados por indígenas e comunidades tradicionais, notadamente sobre as terras necessárias para a sua sobrevivência física e cultural, são objeto de inúmeras proposições legislativas, destinadas a alijá-los. São propostas que versam sobre uma infinidade de temas, tais como alterações constitucionais voltadas a petrificar a demarcação de terras tradicionais, a anular terras indígenas já demarcadas, homologadas

e implantadas, bem como a permitir o desenvolvimento de atividades minerárias, hidrelétricas e agropecuárias em terras indígenas, apenas para citar algumas das mais impactantes.

A ofensiva contra os chamados direitos territoriais se estende amplamente ao direito fundamental de toda a coletividade de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Após desfigurar por completo o Código Florestal, o maior retrocesso legislativo ambiental da história do País – com consequências desastrosas para qualidade/quantidade de água, a produção de energia (já que o Brasil tem a energia hidrelétrica como base de sua matriz energética) e o combate às mudanças climáticas –, a bancada do agronegócio e suas aliadas (as bancadas evangélica, da mineração, da construção civil, da bala, dos meios de comunicação etc.) seguem sua ofensiva contra as unidades de conservação da natureza, com proposições legislativas tendentes a anular ou reduzir os limites de algumas dessas áreas ambientalmente protegidas e permitir a extração de minérios, a ampliação de latifúndios e a construção de mais hidrelétricas na Amazônia.

Trata-se da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais brasileiros, em boa parte voltados para atender ao mercado internacional, em detrimento da qualidade de vida da população brasileira e dos direitos das populações vulneráveis, naquilo que alguns denominam de neocolonialismo.

Longe de ser exclusividade dos direitos socioambientais, a agenda de retrocessos aos direitos humanos, estrategicamente arquitetada pelo Congresso conservador, é de assustar até os mais desavisados. São ameaças aos direitos urbanísticos, trabalhistas, à igualdade racial, à educação, à saúde, à justiça social, à igualdade de gênero, à liberdade sexual, à redução das desigualdades no sistema criminal, das crianças e adolescentes e outros tantos.

Tudo para atender aos interesses econômicos de empresas privadas financiadoras de campanhas eleitorais e/ou aos preceitos do fundamentalismo religioso.

Por falar nisso, a frágil democracia brasileira, ela própria, também vive período decisivo para o seu futuro. A reforma política, tão almejada pela sociedade brasileira, muito provavelmente não será reforma, mas, ao contrário, se destinará a estabelecer um conjunto de medidas que, como efeito prático, ampliará ainda mais o inescrupuloso controle da política brasileira pelo poder econômico privado, responsável por rotineiros descaminhos políticos e desvios de conduta no Legislativo e no Executivo. Tudo na contramão dos pleitos de movimentos sociais, unidos em torno da Plataforma pela Reforma do Sistema Político.

A manobra inconstitucional e antirregimental de Eduardo Cunha, realizada no último 27 de maio para reverter a derrota que havia sofrido no dia anterior, permitiu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da inclusão de uma aberração no texto de nossa tão aclamada Constituição cidadã: o financiamento empresarial para partidos políticos (não para candidatos). Sem adentrar aos detalhes sobre as consequências desastrosas que adviriam de sua aprovação definitiva, trata-se de proposta formal e materialmente inconstitucional. Formal, porque a matéria já havia sido votada e, ante a vedação contida no artigo 60, § 5.º, da Constituição, não poderia ter sido recolocada em pauta na mesma legislatura. Material, porque todo o texto constitucional estabelece como premissas basilares do sistema político-jurídico os princípios republicano e democrático, estatuídos logo em seu artigo inaugural, que ordena: “todo poder emana do povo.”

Apesar da evidente violação ao processo legislativo, a esperança de vermos combalidos os desmandos autoritários do presidente da Câmara caiu por terra quando a Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu o pedido feito por dezenas de deputados e chancelou a manobra de Cunha, em decisão proferida na última semana. Aliás, não parece ser obra do acaso o fato de o Ministro Gilmar Mendes seguir impedindo a continuidade do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o financiamento privado de campanhas, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil e que já conta com maioria de votos pela inconstitucionalidade. Em abril, as financiadoras de campanha celebraram o aniversário de um ano de paralisação do processo, com a certeza de que continuarão a ditar os rumos da res publica.

Para piorar, o Governo Federal vive dias de tensão e alta vulnerabilidade. Se é verdade que as conquistas progressistas em direitos fundamentais na Constituição de 1988 somente foram possíveis, entre outros fatores, pela fragilidade política do então Presidente da República José Sarney, é igualmente possível que a atual debilidade política do Governo de Dilma Rousseff seja um dos fatores responsáveis por permitir alterações significativas em nossa legislação. Só que, desta vez, as mudanças, se de fato ocorrerem, virão em forma de conservadorismo extremado e alijamento de direitos.

Um Executivo politicamente combalido, um Legislativo dominado por interesses privados e forças conservadoras e um Judiciário indiferente perante os atentados à ordem democrática: são esses os ingredientes para o desmantelamento de nossas conquistas em direitos fundamentais promovidas pela Carta Constitucional.

Apesar de todos os pesares, em tempos de retrocesso, devemos ser capazes de olhar adiante, para além da onda pessimista, e nos espelhamos em mobilizações que têm sido responsáveis por frear o ímpeto conservador-fundamentalista. Os dois exemplos de mobilizações sociais em torno de pautas socioambientais mais recentes nos mostram que

é possível barrar medidas violadoras dos direitos básicos dos brasileiros, inclusive de minorias, garantidos pela Constituição.

A primeira, que reúne não apenas organizações indígenas, indigenistas e socioambientais, mas também associações de magistrados, advogados, procuradores da república, centrais de trabalhadores e parlamentares vêm conseguindo barrar a aprovação da terratológica Proposta de Emenda Constitucional n.º 215-A/2000 na Câmara dos Deputados, destinada a destruir terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação da natureza.

Além de ter evitado, no final de 2014, a sua votação na Comissão Especial – composta majoritariamente por ruralistas –, a mobilização conseguiu algo que nos parece inédito: contar com o repúdio formal de 48 Senadores à proposta antes mesmo da sua chegada ao Senado Federal.

A segunda, com mais de 150 movimentos sociais, organizações e redes da sociedade civil de todo o Brasil, ligados às lutas indígenas, de comunidades tradicionais, socioambientais, do campo e da agricultura familiar, se uniu para impedir retrocessos impostos pelo Governo Federal e pelas indústrias farmacêutica, de cosméticos e do agronegócio no novo marco legal da biodiversidade (ou da biopirataria, como preferem alguns). Não é coincidência o fato de ter o Senado Federal acolhido boa parte das demandas dessa mobilização, apesar de sua parcial derrubada na Câmara, ocorrida a mando do lobby da coalizão empresarial interessada na recém-aprovada Lei n.º 13.123/2015.

Quem diria que o Senado Federal, notoriamente tido como casa legislativa conservadora, seria uma das principais esperanças contra o avanço de retrocessos impostos pela Câmara dos Deputados, a antiga casa do povo.

Se os movimentos sociais e organizações da sociedade civil continuarem a lutar separadamente, cada um com suas pautas específicas e isoladas, todos cairemos. Ou nos unimos de vez, numa onda progressista e popular destinada a virar o jogo, ou assistiremos à destruição dos direitos conquistados em 1988.

Em defesa da Constituição cidadã, dos direitos humanos, sociais, políticos e socioambientais, é preciso que a sociedade se una, deixando de lado, pelo menos por ora, suas eventuais rugas ideológicas. Ou nos empenhamos juntos nessa luta, ou viveremos tempos sombrios de retrocessos. Mobilizem-se!

---

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Mobilizacao-da-sociedade-e-o-antidoto-contr-o-grave-e-iminente-retrocesso-40/33813>

**Maurício Guetta** é advogado do Instituto Socioambiental – ISA e professor de Direito Ambiental da PUC/SP.

## **7.NOTA DO MTST SOBRE OS CORTES NO ORÇAMENTO: TOMAREMOS AS RUAS NO DIA 23!**

**Guilherme Boulos**

O MTST mais uma vez repudia as soluções adotadas pelo Governo Federal que joga o custo da crise nas costas dos trabalhadores mais pobres.

Desta vez foi anunciado o corte de mais R\$26 bilhões no Orçamento. Os principais cortes referem-se ao congelamento no salário de servidores e ao financiamento do Minha Casa Minha Vida, além de R\$3,8 bilhões na saúde.

A terceira fase do MCMV foi anunciada no último dia 10/9 e seu formato incorporou várias das propostas apresentadas pelo MTST, tais como: maior priorização da modalidade Entidades, aumento do limite de renda da faixa 1, recurso para equipamentos públicos e regulamentação de áreas comerciais nos condomínios.

Mas de nada adianta ganhar e não levar. Não houve compromisso do Governo com a definição do orçamento do programa nem com metas de novas contratações. O cenário se agravou ainda mais com os cortes de hoje. Ainda não está claro de que forma a mudança de fonte de R\$4,8 bilhões para o FGTS afetará o programa, mas os sinais do Governo novamente vão em sentido contrário das expectativas populares.

Por isso, o MTST mobilizará milhares de pessoas no próximo dia 23/9 em importantes capitais do país contra os cortes. Deixaremos claro que não aceitamos pagar a conta da crise.

A solução para o problema fiscal deve ser buscada em cima daqueles que ganharam como nunca nos últimos anos. Defenderemos nas ruas a taxaço das grandes fortunas, de dividendos e remessas de lucro, além da maior progressividade no Imposto de Renda. Os ricos, banqueiros e empresários devem pagar a conta.

A saída para a crise é com o povo e não contra ele.

Coordenação Nacional do MTST

**8.Frente Brasil Popular: movimentos se organizam para reagir a onda conservadora**

**Sindicatos, movimentos sociais e organizações religiosas propõem união para defender a democracia, os direitos dos trabalhadores, a Petrobras e a soberania nacional**

por Redação RBA publicado 04/09/2015 11:22

## **Sindicatos, movimentos sociais e organizações religiosas propõem união para defender a democracia, os direitos dos trabalhadores, a Petrobras e a soberania nacional**

Marcia Minilo/RBA

No último dia 20, os movimentos se uniram em manifestações em todo o Brasil. Agora querem unir pautas

São Paulo – Movimentos sociais, centrais sindicais e integrantes de partidos progressistas lançam neste sábado (5), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Frente Brasil Popular. O evento terá atividades ao longo de todo o dia e espera consolidar uma frente de esquerda que vem mobilizando diversas organizações sociais nos últimos meses. E pretende ser uma resposta à onda conservadora que ganhou corpo nas redes sociais e na política do país.

“Reafirmamos a necessidade de derrotar a ofensiva das forças conservadoras, e propor outra política econômica, para caminhar em direção à transformações estruturais”, defendem as entidades, que defendem reformas política, tributária, do Poder Judiciário e dos meios de comunicação.

O encontro de amanhã será uma conferência, onde será estabelecida uma pauta mínima e consensual dos movimentos que compõem a frente. O documento vai ser construído com base em seis pontos: defesa dos direitos dos trabalhadores, defesa dos direitos sociais, da democracia, da soberania nacional, dos processos de integração latino-americana – como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercosul – e luta por reformas estruturais.

“Está claro que as organizações e movimentos sociais sozinhos já não conseguem mais pressionar com a mesma força por suas demandas e as demandas do povo. Por isso, a iniciativa de construir uma frente foi justamente pensando na capacidade de articular consensos, definir pautas convergentes e fortalecer as lutas nas ruas”, avalia Beatriz Cerqueira, presidenta do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e dirigente da CUT no estado.

O grupo pretende, a partir da elaboração das propostas, realizar ações “contra todas as medidas de política econômica e do ajuste fiscal que retirem direitos dos trabalhadores e que impeçam o desenvolvimento com distribuição de renda”. E também não aceitar nenhuma tentativa de golpe e retrocesso nas liberdades individuais.

“A ofensiva das forças conservadoras assume diversas formas, entre elas a tentativa de derrubar, sabotar e também impor ao governo o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, seja com um programa

de ajuste que gera desemprego e recessão, seja com uma 'agenda Brasil', que destrói os direitos inscritos na Constituição de 1988, ou no exemplo da lei supostamente antiterrorismo cujo alvo real é a mobilização social”, defende a frente.

Outro objetivo do grupo é impedir a mudança no sistema de exploração do pré-sal e de qualquer medida que ponha em risco a Petrobras. “O povo é o verdadeiro dono do petróleo, do pré-sal e das riquezas naturais. Vamos impedir a entrega de nosso petróleo às transnacionais”. Os movimentos esperam reunir dois mil representantes neste final de semana.

Orlando Guilhon, secretário de Organização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) avaliou que o momento exige a união dos movimentos sociais. "A conjuntura está nos colocando uma série de demandas e tarefas urgentes, como a luta contra o fim da partilha do pré-sal, financiamento empresarial de campanha e uma pseudo reforma política sem nenhuma participação social, redução da maioria penal, ajuste fiscal e outras. Por isso, mais do que nunca, precisamos aprofundar a transversalização das nossas lutas".

Embora ainda não tenha um calendário de ações definido, a primeira mobilização da frente deve ser realizada no início de outubro, quando a Petrobras completa 62 anos, contra a proposta do senador José Serra (PSDB/SP) de alterar a lei que rege o pré-sal.

Entre outras entidades, compõem a frente as centrais CUT e CTB, o MST, a Via campestre, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação Única dos Petroleiros (FUP), União Nacional dos Estudantes (UNE), Levante Popular da Juventude, Consulta Popular, Marcha Mundial das Mulheres, Associação de Juízes pela Democracia, Pastorais Sociais, Central de Movimentos Populares (CMP) e dirigentes de diversos partidos.

## **Hora da reflexão**

**Tarso Genro** - 14/set/2015 – [www.sul21.com.br](http://www.sul21.com.br)

O Brasil vive uma situação inusitada. A falta de uma condução política coerente do Governo, de um lado, e, de outro, o fato de que ele tenta promover um ajuste contraditório com o discurso de campanha – adotando medidas que a oposição iria aplicar se vencesse o pleito – tem proporcionado a formação de uma ampla aliança política, que agora já se propõe explicitamente a retirar Dilma da Presidência. Não se trata de um movimento, cujo sucesso depende da adesão militar, como ocorreu em 1964, pois, para o júbilo da nossa democracia, as Forças Armadas estão firmes e tranquilas na sua missão constitucional e não tem aceito as provocações que, às vezes vem de grupos civis saudosistas de um regime de força, às vezes procede de militares da reserva. Trata-se de um processo político e jurídico, por dentro das normas

constitucionais, o que não lhe dá legitimidade, sem que motivos sólidos sejam apontados para alcançar o seu desfecho.

Na verdade, se as direções políticas mais responsáveis dos partidos – de todos os âmbitos – parassem um pouco para pensar e não se seduzissem com a radicalização do confronto, promovida pela maior parte da grande mídia, -se parassem para pensar, repito- veriam que o melhor para o país e para quem preza o sistema democrático conquistado em 88, seria deixar Dilma governar até o fim. Mesmo que ela não mude o ajuste ou não consiga aplicá-lo, como ela está pretendendo, pois o confronto que está sendo promovido tem por base o fato de que o ajuste está “lento” e é “pequeno”, não que ele esteja fraudando as expectativas das classes populares e da própria classe média. Enganam-se os que pensam que a mídia iria simplesmente serenar, com outro Governo. Explico-me.

A grande mídia não mudará o seu comportamento porque a notícia, o crime, o escândalo constituem, hoje, em todo o mundo, uma mercadoria extremamente atraente para o senso comum, por razões que derivam da nossa condição de “sociedade-espetáculo”, que necessita exaltar os prazeres e as tragédias do presente, para que as pessoas vivam a vida com urgência e com consumo. E ela, a mídia, pode continuar fazendo o que faz sem quaisquer considerações de natureza moral ou política, pois não precisa de deputados e senadores, para lhe apoiar, pois é eles que precisam dela para sobreviver. A mídia precisa é que as pessoas comprem e não carece de prestar contas a ninguém dos seus erros, dos assassinatos de reputações, das perseguições políticas e das condenações sem Juízo. Até mesmo porque muitas informações que ela transita são, também, uma contribuição ao debate político de fundo, que se trava numa democracia, o que supostamente absolve-a dela “ter lado” na política e na economia. Se, eventualmente, der certo o impedimento da Presidenta -o que sinceramente não creio- quem assumir ficará subjugado a este mesmo processo, no qual os governantes são reféns permanentes do partido midiático. Uns ficam a gosto, outros sem gosto.

Outro motivo que recomenda prudência é o seguinte: é ilusão achar que, de um lado, no Brasil, estão os corruptos e, de outro lado, os imaculados que iriam “passar a limpo” a nação. Em ambos os lados -não sei se na mesma proporção- existem grupos de pessoas que usam a política para locupletar-se, para melhorar de vida, para tratar de interesses privados espúrios, que só podem ser encaminhados em detrimento do interesse público. Basta socorrer-se das informações oficiais da Justiça Eleitoral e da Justiça Penal, para concluir que os partidos que iriam assumir (ou permanecer no poder), tem uma plêiade de “desviantes” da conduta republicana -para usar um linguajar “soft”- muito significativa, já testada em cargos públicos desde a década de 80. Pessoas corretas, que são a maioria, tem em ambos os lados e o que ocorreria, na verdade, seria a interrupção de um mandato legítimo, por um mandato que teria que se legitimar e que não conseguiria fazê-lo sem uma base política sólida, pois a atual frente oposicionista seria esfacelada por falta de unidade programática.

Um terceiro e fundamental motivo para a prudência é que a oposição não está unida contra o “ajuste” para dar-lhe um sentido menos sofrido para as camadas populares e para os setores médios, que logo ficariam desencantados com qualquer novo Governo. A unidade oposicionista está pautada pela vontade de “tirar o PT do poder”, o que é apenas um elemento simbólico de unidade, que se nutre, de uma parte, do ódio disseminado contra toda uma comunidade partidária a partir do “mensalão” e, ainda mais ofensivamente, quando descoberto o sistema de corrupção na Petrobras, que está lá desde os anos 90. A unidade pela negação é sempre uma unidade limitada. Ela permanece até que a dialética do confronto “amigo-inimigo” se resolva e os portadores do ódio encontrem outro leito para despejar sua fúria. Um Governo que sucederia Dilma, pelo seu impedimento, iria radicalizar o ajuste e aumentar a concentração do sacrifício nos “de baixo”. E as consequências disso, num país que melhorou muito a vida de 50 milhões de pessoas, nos últimos dez anos, seriam imprevisíveis até para a estabilidade democrática do país.

.oOo.

*Tarso Genro foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.*

## 10.A urgência da Frente Brasil Popular

**Roberto Amaral - [www.ramaral.org](http://www.ramaral.org)**

A Frente Brasil Popular, recém lançada em Belo Horizonte (5 de setembro), é a resposta das forças populares às articulações de direita que, derrotadas nas eleições de 2014, tentam depor a presidente Dilma Rousseff mediante o artifício de um impeachment sem base fática, sem arrimo jurídico, apoiado tão simplesmente no ódio dos derrotados sem consolo. Mas, para além de destituir a presidente, o projeto da direita visa ao retrocesso social. Seu instrumento é a tentativa de isolar a presidente e imobilizar o governo.

Coube à direita colocar na liça o ódio de classe. Cabe-nos responder ao desafio.

A Frente Brasil Popular é ampla, no sentido de que, não sendo estreita (esquerdista), está aberta a todas as forças que aderirem aos compromissos de seu Manifesto, e dois são os objetivos fundamentais: (1) barrar o golpismo e (2) fazer frente à onda conservadora que pervade a sociedade brasileira, açulando os instintos políticos mais primitivos, como a intolerância, o autoritarismo, o sectarismo. A Frente é nacional não apenas no sentido de que se expande por todo o nosso território, mas porque está preocupada com as questões nacionais, a começar pela nossa soberania, pela defesa da economia nacional, de nossas riquezas e de nosso patrimônio, ameaçado, de

que serve de exemplo o projeto do grande capital de desnacionalizar e privatizar o pré-sal. A Frente é popular porque não resulta de uma engenharia de cúpula, nascida como exigência dos movimentos sociais que a criaram, que a animam e que a sustentarão. A Frente é política – pois seus objetivos são políticos – mas não é partidária, nem hegemonizada por partidos; também não é antipartidária, pois está aberta aos partidos progressistas que dela desejem participar. Política, a Frente não é eleitoral. Não olha para os pleitos de 2016 e 2018, mas não descarta de sua importância. A Frente é estratégica, mira o médio e o longo prazos, se candidata à defesa das teses progressistas e ao enfretamento do conservadorismo, mas reconhece a necessidade de atividades táticas, como, no imediato, a defesa do mandato da presidente Dilma. A Frente é democrática, pois tem no diálogo e na construção de consensos seu método de atuação, mas não tem a veleidade de ser única: não pleiteia o monopólio do movimento social; antes, espera estimular o maior número possível de iniciativas populares em defesa da democracia, dos interesses dos assalariados e do avanço social.

Onde estiver um militante do movimento social, onde estiver um democrata, um progressista, o espírito da Frente espera estar presente.

A Frente, ao mirar o futuro, terá de, para o bem do país que queremos construir, de sobreviver às contingências de hoje, e para tal precisará de estabelecer prioridades. E, nas condições atuais, sua prioridade é a preservação do mandato da presidente Dilma, não como fim, mas como ponto essencial da resistência democrática, pois, alcançado o impeachment, por qualquer das muitas formas que os juristas de plantão sabem engendrar, estará aberta a porteira para a derrocada das conquistas sociais e econômicas dos últimos anos, estará aberto o caminho para a construção de uma sociedade autoritária. Será a vitória do retrocesso político e do neoliberalismo arcaico. Se não for detida, agora, a onda conservadora transformer-se-á em verdadeiro tsunami que a todos devorará, e muitos serão os anos necessários para a reconstrução de um projeto de avanços sociais fincado na emergência das massas. Pois a questão fulcral é mesmo essa: a direita de hoje como a direita em 1954 e em 1964 reage à emergência as massas, emergência sempre intolerável para nossas elites rentistas. Seu ponto de ataque é o mandato da presidente, o alvo simbólico, a primeira fortaleza a ser atacada, mas não a última: na sequência, como sempre, serão devoradas as franquias democráticas, restringidos os direitos dos trabalhadores, relevada a segundo plano a soberania nacional. O

impeachment, uma vez alcançado – com o lamentável concurso de pessoas honradas como Hélio Bicudo que, não sabendo envelhecer, dá as mãos antes limpas para o abraço com Bolsonaro e Caiado – será o sinal para a destruição dos partidos de esquerda, a começar pelo PT, a destruição dos quadros-ícones da esquerda, a começar pela imagem de Lula. Iluda-se quem quiser e quem quiser que aposte no ‘quanto pior melhor’. É o mais curto caminho para o suicídio político.

## 11. DIA DE LUTA



18/9/2015

### 03 de outubro: A democracia vai pôr o bloco na rua

A sanha golpista recrudescceu neste início de setembro. Embalada por fatos como a perda do grau de investimento do Brasil segundo classificação da agência de risco Standard & Poor's, no último dia 9, as forças de direita apostam no caos para conquistar o que as urnas lhes negam há quatro eleições consecutivas.

Não importa, no caso, que a citada agência tenha sido condenada por fraude em seu próprio país. Ou mesmo que muitos economistas não levem em consideração seus desacreditados prognósticos. Ou ainda que o capitalismo esteja atravessando uma das piores crises de sua história. A única coisa que conta para os golpistas é tentar levar ao paroxismo o ataque à figura da presidenta da República, no que contam com o poderoso apoio de uma mídia facciosa e descompromissada com os interesses nacionais.

E novos fatos, visando jogar mais água no moinho do golpe, podem estar sendo gestados, como seria o caso de uma injustificável rejeição, pelo TCU, das contas do governo Dilma.

Como é inevitável, esta ofensiva conservadora vem acompanhada de uma inflexão cada vez mais à direita de setores que antes estavam situados mais próximos ao centro do espectro político.

Em nome da obsessão em atingir o poder central de qualquer forma, figuras com algum passado democrático alinham-se aos que defendem a tortura, aos que pregam um golpe militar, aos que transpiram preconceitos de toda espécie, vociferados em epítetos de ódio cada vez mais comuns.

Até o Supremo Tribunal Federal (STF) serve atualmente de palco a espetáculos desta natureza, como vimos durante o julgamento da ação sobre financiamento de campanha, nesta quarta-feira (16), quando o ministro Gilmar Mendes proferiu uma prédica que seria vergonhosa em qualquer ambiente, mas que partindo de um magistrado da nossa mais alta corte, em plena sessão, causa estupefação aos democratas, mas não ainda a reação necessária a tal despautério.

Por mais que alguns golpistas neguem e se proclamem democratas, suas atitudes são de claro compromisso com o que existe de mais atrasado e obscurantista na sociedade brasileira.

No golpe militar de 1964, oportunistas desta espécie também faziam juras de amor à democracia, e o final da história todos conhecem.

A atual estratégia golpista, embora por caminhos e métodos diferentes do movimento que implantou o regime militar, também é o de solapar a democracia para em seguida atacar os direitos sociais, a soberania nacional, a integração da América Latina e, não se enganem os incautos, mesmo as liberdades civis mais mezinhas estarão ameaçadas se o poder central for empolgado pela poderosa aliança entre a direita e os veículos da mídia hegemônica.

Pois neste cenário, os desmandos daqueles serão acobertados por estes, reeditando o que tantas vezes aconteceu na trajetória da nação e ainda acontece em regiões onde o PSDB e seus satélites governam.

Fica claro, portanto, que qualquer outra atitude que não seja a defesa intransigente do legítimo mandato da presidente Dilma, é cegueira política.

Tal compreensão vem mobilizando cada vez mais amplas parcelas da sociedade.

A resolução da Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aprovada no dia 14 (segunda-feira), faz a seguinte conclamação: “O

PCdoB, nesta hora em que paira sobre a Nação brasileira essa ameaça de retrocesso, renova o chamamento a todos que têm a democracia como um dos bens mais preciosos da Nação para que se unam, para que lutem para preservá-la, tendo como condição primeira a garantia de que a presidenta Dilma Rousseff conclua, conforme determina a Constituição, o seu mandato em 2018”.

Momento fundamental desta luta será o dia 3 de outubro, data em que a Petrobras completa 62 anos.

Neste dia, a recém-organizada Frente Brasil Popular, que reúne forças de esquerda, movimentos sociais, artistas e intelectuais, programou uma agenda de mobilizações de massa, tendo como primeira palavra de ordem a defesa do mandato presidencial de Dilma Rousseff.

Assim como no dia 20 de agosto, que representou um valioso momento de resistência democrática, no dia 3 de outubro veremos de novo nas ruas todos os rostos e cores que formam o miscigenado povo brasileiro se encontrarem, em defesa da Petrobras, dos direitos sociais, e das bandeiras da democracia e do progresso.

Como asseverou a presidenta do PCdoB, deputada federal Luciana Santos: “Não vamos aceitar golpe. Esse país vai entrar num processo de conflagração e nós estaremos na trincheira, defendendo o legado de um projeto para o país que democratizou na prática e garantiu avanços significativos na vida das pessoas”.

Será fundamental, na luta para afastar do horizonte as nuvens cinzentas do golpe e da ofensiva conservadora, construir de forma exitosa o dia 3 de outubro quando, como diz o poeta, o país vai “cantar a evolução da liberdade / até o dia clarear”.

## **12. Resolução da Executiva Nacional da CUT**

A Direção Executiva da CUT, reunida no dia 16 de setembro em São Paulo, manifestou sua preocupação com o agravamento da crise política e econômica brasileira, particularmente com as medidas erráticas do governo, como o mais recente pacote de medidas fiscais, que apontam para o aprofundamento da recessão, na contramão do projeto que obteve o apoio popular nas últimas eleições.

A Central reafirma sua posição contrária à atual política econômica do governo e ao pacote de medidas fiscais de 14 de setembro, pois os cortes atingem programas sociais reduzindo seus gastos, inibem o investimento público, e o recuo do Governo Federal nos acordos já praticamente alcançados com as

entidades dos servidores federais, como a Condsef e CNTSS-CUT, adiando em 6 meses a aplicação da primeira parcela de reajuste salarial. Do lado das receitas pretendidas, o pacote onera a produção, sem tocar no capital especulativo e as altas taxas de juros que o beneficiam, aumenta impostos de forma regressiva, afetando os setores de menor renda. A nova proposta de CPMF cuja arrecadação seria destinada a pagar aposentadorias pode ser a antessala de um novo ataque à Previdência da classe trabalhadora, como insinuou o ministro Levy.

No seu conjunto, o pacote prolonga a política de ajuste fiscal, que provoca recessão e não crescimento econômico, como saída para a crise. Para a CUT as medidas para o equilíbrio orçamentário deveriam ser outras: combater a sonegação fiscal, taxar grandes fortunas e a remessa de lucros das multinacionais, além de uma política tributária progressiva. O pacote, além disso, foi anunciado sem qualquer diálogo com a sociedade, particularmente com os setores que vêm dando sustentação social ao governo.

A insistência por parte do governo federal no aprofundamento das políticas de “austeridade” para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo. Os setores que apostam neste tipo de política que aguçou já a crise com meio milhão de empregos perdidos e uma recessão prolongada, são os mesmos interessados em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, faça novas entregas do patrimônio público, diminua a proteção social, reduzindo ao mínimo as funções do Estado e colocando o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais. Eles aproveitam a fragilidade do governo e seus desacertos na economia para desconstruir, com o apoio da mídia e de seus representantes no Congresso, o projeto que foi desenvolvido nos últimos 12 anos.

Diante deste quadro, a CUT reafirma sua posição de que a saída para a crise econômica é pela via do crescimento que preserve o patrimônio público, promova o emprego, distribua melhor a renda, diminua as desigualdades sociais e aumente a proteção social. Para combater a atual política econômica, a CUT seguirá fortalecendo a unidade dos setores sindicais, populares e democráticos, como integrante da Frente Brasil Popular lançada em Belo Horizonte em 5 de setembro, espaço onde discutirá suas propostas alternativas de política econômica e de aprofundamento da democracia no nosso país.

A CUT continuará mobilizando suas bases, unificando as categorias em campanha salarial em torno das palavras de ordem “Nenhum direito a menos”, “Nenhuma demissão”, defendendo ganhos reais de salário e a democracia. A unificação das campanhas salariais, a greve nacional dos petroleiros que a FUP está organizando no período, as greves nas montadoras do ABC, como agora na Ford, contra as demissões, colocam para a Central a urgência de intensificar a luta em defesa do emprego.

De imediato, a Executiva nacional da CUT, diante do inaceitável recuo do governo em conceder o reajuste salarial dos servidores públicos federais, conclama todas as suas bases a engrossarem a luta da categoria em todo o país e o seu engajamento no Dia Nacional de Luta de 23 de setembro.

A CUT conclama também as suas bases a participarem do Dia Nacional de Mobilizações de 3 de outubro chamado pela Frente Brasil Popular em todas as capitais em defesa da Petrobras, da democracia, dos direitos e por outra política econômica. Esta jornada, no caso do Estado do Rio de Janeiro, se dará no dia 2 de outubro em Niterói, num grande ato de iniciativa dos petroleiros (FUP) e metalúrgicos dos estaleiros navais que sofrem uma onda de demissões.

O enfrentamento da atual política econômica e da ofensiva conservadora se dará com os trabalhadores e o povo nas ruas, pressionando o governo e o Congresso e preparando a greve geral que a Central pretende discutir em outubro no CONCUT.

### 13 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

SE/Sul - Q. 801 - Conj. "B" - CEP 70401-900 - Caixa Postal 02067 - CEP 70259-970 - Brasília-DF - Brasil - Fone: (61) 2103-8300/2103-8200 - Fax: (61) 2103-8303 E-mail: secgeral@cnbb.org.br — Site: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)

### A REALIDADE SOCIOPOLÍTICA BRASILEIRA DIFICULDADES E OPORTUNIDADES

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília de 27 a 29 de outubro de 2015, comprometido com a vivência democrática e com os valores humanos, consciente de que é dever da Igreja cooperar com a sociedade para a construção do bem comum, manifesta-se acerca do momento de crise na atual conjuntura social e política brasileira. A permanência e o agravamento da crise política e econômica, que toma conta do Brasil, parecem indicar a incapacidade das instituições republicanas que não encontram um modo de superar o conflito de interesses que sufoca a vida nacional, e que faz parecer que todas as atividades do país estão paralisadas e sem rumo. A frustração presente e a incerteza no futuro somam-se à desconfiança nas autoridades e à propaganda derrotista, gerando um pessimismo contaminador, porém, equivocado, de que o Brasil está num beco sem saída. Não nos deixaremos tomar pela “sensação de derrota que nos transforma em pessimistas lamurientos e desencantados com cara de vinagre” (Papa Francisco – Alegria do Evangelho, 85). Somos todos convocados a assegurar a governabilidade que implica o funcionamento adequado dos três poderes, distintos, mas harmônicos; recuperar o crescimento sustentável; diminuir as desigualdades; exigir profundas transformações na saúde e na educação; ampliar a infraestrutura, cuidar das populações mais vulneráveis,

que são as primeiras a sofrer com os desmandos e intransigências dos que deveriam dar o exemplo. Cada protagonista terá que ceder em prol da construção do bem comum, sem o que nada se obterá. É preciso garantir o aprofundamento das conquistas sociais com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária. Cabe à sociedade civil exigir que os governantes do executivo, legislativo e judiciário recusem terminantemente mecanismos políticos que, disfarçados de solução, aprofundam a exclusão social e alimentam a violência, entre os quais o estado penal seletivo, as tentativas de redução da maioria penal, a flexibilização ou revogação do Estatuto do Desarmamento e a transferência da demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional. No genuíno enfrentamento das atuais dificuldades pelas quais passa o país, não se pode abrir espaço para medidas que, de maneira oportunista, se apresentam como soluções fáceis para questões sabidamente graves e que exigem reflexão e discussão mais profundas com a sociedade.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL SE/Sul - Q. 801 - Conj. "B" - CEP 70401-900 - Caixa Postal 02067 - CEP 70259-970 - Brasília-DF - Brasil - Fone: (61) 2103-8300/2103-8200 - Fax: (61) 2103-8303 E-mail: [secgeral@cnbb.org.br](mailto:secgeral@cnbb.org.br) — Site: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)

A superação da crise passa pela recusa sistemática de toda e qualquer corrupção, pelo incremento do desenvolvimento sustentável e pelo diálogo que resulte num compromisso comum entre os responsáveis pela administração dos poderes do Estado e a sociedade. O Congresso Nacional e os partidos políticos têm o dever ético e moral de favorecer a busca de caminhos que recoloquem o país na normalidade. É inadmissível alimentar a crise econômica com uma crise política irresponsável e inconsequente. Recorde-se que “uma sociedade política dura no tempo quando, como uma vocação, se esforça por satisfazer as carências comuns, estimulando o crescimento de todos os seus membros, especialmente aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade ou risco. A atividade legislativa baseia-se sempre no cuidado das pessoas” (Papa Francisco ao Congresso dos EUA). Nesse sentido, com o espírito profético inspirado na observância do Evangelho, a CNBB reitera que o povo brasileiro, os trabalhadores e, principalmente, os mais pobres não podem ser prejudicados em nome de um crescimento desigual que reserva benefícios a poucos e estende a muitos o desemprego, o empobrecimento e a exclusão. A construção de pontes que favoreçam o diálogo entre todos os segmentos que legitimamente representam a sociedade é condição fundamental para a superação dos discursos de ódio, vingança, punição e rotulação seletivas que geram um clima de permanente animosidade e conflito entre cidadãos e grupos sociais. Esse clima belicoso, às vezes alimentado por parte da imprensa e das redes sociais, poderá contaminar ainda mais os corações e mentes das pessoas, aprofundando abismos e guetos que, historicamente, maculam nossa organização social. Ao aproximar-se o período eleitoral de 2016, é responsabilidade de todos os atores políticos e sociais, comprometidos com a ética, a justiça e a paz, aperfeiçoarem o ambiente democrático para que as

eleições não sejam contagiadas pelos discursos segregacionistas que ratificam preconceitos e colocam em xeque a ampliação da cidadania em nosso país. A corrupção se tornou uma “praga da sociedade” e um “pecado grave que brada aos céus” (Papa Francisco - O rosto da misericórdia, n.19). Acometendo tanto instituições públicas, quanto da iniciativa privada, esse mal demanda uma atitude forte e decidida de combate aos mecanismos que contribuem para sua existência. Nesse sentido, destaca-se a atuação sem precedentes dos órgãos públicos aos quais compete combater a corrupção. A contraposição eficaz à corrupção e à sua impunidade exige, antes de mais nada, que o Estado cumpra com rigor e imparcialidade a sua função de punir igualmente tanto os corruptos como os corruptores, de acordo com os ditames da lei e as exigências de justiça. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL SE/Sul - Q. 801 - Conj. “B” - CEP 70401-900 - Caixa Postal 02067 - CEP 70259-970 - Brasília-DF - Brasil - Fone: (61) 2103-8300/2103-8200 - Fax: (61) 2103-8303 E-mail: [secgeral@cnbb.org.br](mailto:secgeral@cnbb.org.br) — Site: [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br) Deus nos dê a força e a sabedoria de seu Espírito, a fim de que vivamos nosso ideal de construtores do bem comum, base da nova sociedade que almejamos para nós e para as futuras gerações.

Brasília, 28 de outubro de 2015. D

Dom Sergio da Rocha Arcebispo de Brasília-DF Presidente da CNBB Dom Murilo S. R. Krieger  
Arcebispo de São Salvador da Bahia- BA Vice-presidente da CNBB